

DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA - GUAÍRA-SP

INTRODUÇÃO

As atividades do Diagnóstico tiveram início em janeiro deste ano por iniciativa do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Guaíra-SP e serão realizadas nos próximos quatro meses, com metodologias de diagnóstico ágil e participativo, a partir da contribuição da Diretoria de Assistência Social e de diferentes programas, projetos e serviços do município que desenvolvem ações direcionadas ao público infanto-juvenil.

Sob condução de uma Comissão Intersetorial criada especificamente para esse fim, serão coletadas diversas informações, de fontes públicas e locais, que fornecerão elementos para análise: atendimentos da educação, da assistência social, de saúde e situações de violações e violências identificadas conselho tutelar são alguns exemplos.

Ao final, o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA elaborará, de modo participativo, um Plano Municipal apontando as prioridades para os próximos anos. As informações e os trabalhos podem ser acompanhados pelo endereço <https://guairamunicipiovivo.com.br>, onde mais de mil indicadores públicos estarão disponíveis para consulta. Para o desenvolvimento dessas e outras atividades o Conselho contará com a assessoria da empresa ORION Soluções em Gestão.

Dentre os resultados previstos, estão a qualificação para o trabalho em rede e a ampliação da compreensão do CMDCA do nível de acesso de crianças e adolescentes aos direitos básicos e à proteção integral, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O Plano de Ação, ao final do percurso, favorecerá a implementação ou o incremento das políticas de promoção, proteção e defesa de direitos existentes.

A princípio, formalizou-se a composição a Comissão Técnica de Organização e Elaboração do Diagnóstico da Criança e do Adolescente do Município de Guaíra-SP, através da Resolução CMDCA 002/2023, composta pelos seguintes representantes setoriais:

Sandra Regina Guilherme de Barros	Representante Assistência Social
Nayara Marcelino de Almeida Arantes	Representante Assistência Social
Juliana Gonçalves da Silva	Representante Conselho Tutelar
Daniele Gonçalves de Oliveira	Representante Poder Público - CMDCA
Osmarlei dos Santos Giagio	Representante Sociedade Civil - APAE
Juliana Gonçalves da Silva	Representante do Conselho Tutelar
Maria Cecília Ávila Rocha	Representante Poder Público Saúde
Maiza Teles Paiva Sanches	Representante Poder Público Esporte
Monize Paiva Fernandes	Representante Poder Público Educação
Nadiege da Silva Santana de Freitas	Representante Santa Casa de Guaíra
Paula Andre de Oliveira	Representante Tribunal de Justiça
Tatiana Aparecida da Silva	Representante Tribunal de Justiça
Kevin Shimoyama	Representante OAB
Gracia Regina dos Santos Casado de Lima	Representante Casa Cidadania Secretaria Executiva
Marcia Matsumoto Gonçalves	Representante do CMDCA Coordenadora- SOGUBE

Composição da Comissão de Diagnóstico.

Fonte: [Diário Oficial Eletrônico - Município de Guaíra \(guaira.sp.gov.br\)](https://guairamunicipiovivo.com.br) publicado em 24/02/2023.

Foram realizadas duas reuniões remotas síncronas nos dias 13/01/23 e 24/02/23, contemplando como objetivos: a apresentação da Comissão e da equipe da Orion, a partilha

de relatos e experiências sobre a pertinência do diagnóstico, a apresentação da metodologia, das ferramentas que serão utilizadas no diagnóstico e a apresentação do Portal de Indicadores Município Vivo.

Integrantes do CMDCA para o biênio 2022-2024:

Representantes do Poder Público:

Diretoria Municipal de Educação

Titular: Laís Marques da Silva

Suplente: Lívea de Freitas Garcia

Diretoria Municipal de Saúde

Titular: Maria Cecília Ávila da Rocha

Suplente: Greicielle dos Santos Ferniano

Departamento de Esportes e Lazer

Titular: Danilo Gonçalves de Oliveira

Suplente: Rubia Mara O. Cruz Domiciano

Diretoria de Finanças

Titular: Cléber Sander Ferreira

Suplente: Tiago Alves de Andrade

Diretoria de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social

Titular: Sandra Regina G. de Barros

Suplente: Daniele Gonçalves de Oliveira

Representantes da Sociedade Civil:

Sociedade Guairense de Beneficência

Titular: Márcia Matsumoto Gonçalves

Suplente: Angela Maria de Freitas

Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Henrique Ferreira Roldão

Suplente: Kevin Shimoyama

Serviço de Obras Sociais de Guaíra

Titular: Alana Lucia da Silva

Associação Lar

Titular: Taynara Aparecida Pereira

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular: Osmarlei dos Santos Giagio

Suplente: Nadia Botelho Silva

OFICINA DE ALINHAMENTO DE PROCESSO

10/03/2023



No dia **10/03/2023** reuniram-se no CREA – Centro de Recuperação do Alcoolista, atendendo ao convite da Comissão Municipal de Diagnóstico da Criança e do Adolescente de Guaíra, os seguintes participantes:

Daniele G. de Oliveira – CREAS
Danilo G. de Oliveira – Departamento de Esportes
Francielli Silva - CREAS
Juliana Gonçalves da Silva – Conselho Tutelar
Márcia Matsumoto Gonçalves – SEGUBE/ CMDCA
Marlei dos S. Giagio – APAE
Maria Adriana B. de Oliveira – Diretoria de Assistência e Inclusão Social
Nadiege da S. Santana de Freitas – Santa Casa de Guaíra
Roberta P. R. Natano – Diretoria de Assistência e Inclusão Social
Sandra R. Guilherme de Barros – CRAS 2

A atividade teve com objetivo definir coletivamente as perguntas prioritárias do Diagnóstico e fortalecer a liderança da Comissão de Diagnóstico durante o processo.

Foi proposto pelo facilitador Sérgio Rapozo Calixto um exercício de reflexão sobre a **Linha do Tempo** percorrida até chegar àquele momento, pontuando fatos que foram importantes para a política da infância e culminaram com a realização do diagnóstico.

Os presentes relembraram a municipalização dos Centros de Educação Infantil (2005), a chegada do IORM (2010), a implementação do Marco Regulatório do Terceiro Setor no município (2014-2015), a inativação do Núcleo CADIS (2016), a implementação da Escuta Especializada (2017), as Escolas Estaduais em período integral (2021), dentre outros.

Foi esclarecido ainda que desde o ano de 2017 conversam sobre a importância da realização de um diagnóstico e da implantação da vigilância socioassistencial. É reconhecida a necessidade de dados para justificar a definição de objetivos.

Entretanto, as mudanças de gestão impactam nos planejamentos, pois dados importantes são perdidos. Com o diagnóstico, espera-se que tais informações sejam preservadas e haja **continuidade** das ações.



“Os dados não podem ser dos setores, eles têm que ser da rede.”

Além disso, na percepção do grupo, Guaíra é uma cidade “fora da curva”, pois ouvem de diferentes profissionais que os índices de violações de direitos, em comparação com outros locais, são muito altos. Um exemplo disso é a quantidade de adolescentes aos quais foi atribuída a autoria de atos infracionais. O mesmo ocorre em relação às demandas do CAPS, serviço de atendimento em saúde mental.

A participação em comitês e em comissões está abaixo do esperado, nota-se o esvaziamento dos espaços de participação coletiva, o que atribuem à alta rotatividade dos profissionais. Essa rotatividade também ocorre em setores de referência na rede de proteção à infância, como no Ministério Público, por exemplo, o que gera preocupações.

O grupo manifesta suas expectativas de que o diagnóstico forneça a tecnologia social para análise de **dados reais**. Anseiam por um **direcionamento** para colocar em prática o diagnóstico. A importância da obtenção de informações de qualidade e confiáveis, que norteiem o **planejamento**, é evidenciada.

Há ainda expectativas por **respostas** às suas perguntas, por **confirmações** de suas hipóteses, pelo efetivo **atendimento às demandas** e uma maior **integração e fortalecimento da rede** a partir de **bons diálogos**.



A etapa seguinte foi de **Alinhamento do Processo de Diagnóstico**. A facilitadora Lícia Fígaro apresentou as etapas a serem percorridas durante o processo de diagnóstico.

AS ETAPAS DO DIAGNÓSTICO:



Os participantes esclareceram dúvidas quanto às etapas, procedimentos e ferramentas a serem utilizadas. Os links das planilhas de coleta foram compartilhados e em consenso, pactuou-se a realização de uma atividade remota específica para tirar dúvidas relacionadas às planilhas de coleta.

A Comissão dispôs-se à articulação necessária para a obtenção dos dados durante a fase de coleta, que terá duração aproximada de um mês. Até lá, os participantes foram convidados a visitarem a página do diagnóstico e explorarem os indicadores já existentes.

O portal Município Vivo contém mais de mil indicadores públicos, agrupados de diferentes formas, por tipo de políticas públicas, áreas temáticas, indicadores da infância e adolescência dentre outros e já se encontram disponíveis no link:

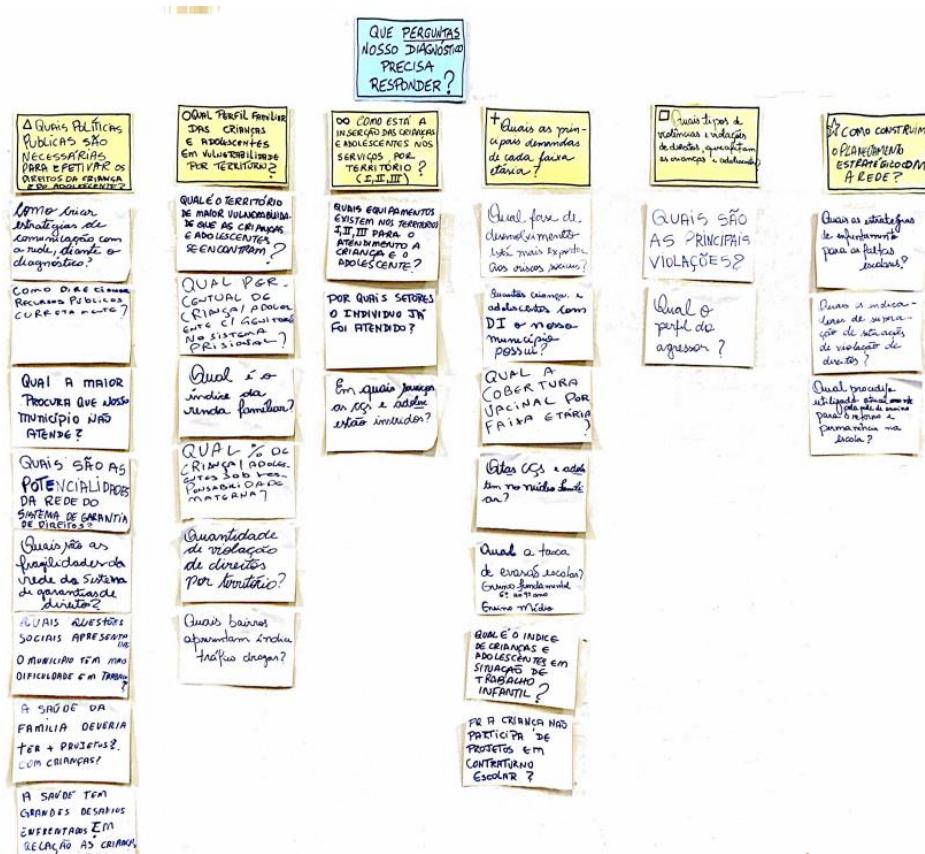
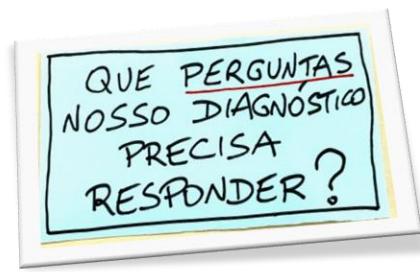
[Home - Guaíra Município Vivo \(municipiovivo.com.br\)](http://municipiovivo.com.br)

DEFINIÇÃO DE PERGUNTAS PRIORITÁRIAS:

Em seguida, a oficina prosseguiu de acordo com os pressupostos da metodologia participativa. O grupo foi convidado a refletir e registrar, individualmente, quais perguntas o diagnóstico precisará responder.

A partir daí, as perguntas foram fixadas e reorganizadas em um painel de acordo com a afinidade de conteúdo.

Em seguida, os participantes elaboraram títulos para as colunas, definindo assim as perguntas prioritárias.



PERGUNTAS PRIORITÁRIAS:

1. Quais políticas públicas são necessárias para efetivar os direitos da criança e do adolescente?
2. Qual o perfil familiar das crianças e adolescentes em vulnerabilidade, por território?
3. Como está a inserção de crianças e adolescentes nos serviços, por território?
4. Quais as principais demandas de cada faixa etária?
5. Quais tipos de violências e violações de direitos afetam as crianças e adolescentes?
6. Como construimos o planejamento estratégico com a rede?

PRÓXIMOS PASSOS:

Cabe aos operadores dos direitos e autores do diagnóstico definir conjuntamente com a rede de atendimento **quais conhecimentos e informações são necessários** para que se possa **ampliar a compreensão** acerca da realidade das crianças e adolescentes no município.

Para a próxima etapa, a rede de atendimento de crianças e adolescentes será convidada a opinar sobre o diagnóstico e suas prioridades, compondo e complementando as perguntas já elaboradas.

Quais dados serão necessários para responder às perguntas prioritárias? Onde eles estão?
Quem poderá contribuir?

Estão todos convidados!

OFICINA DE REDE

31/03/2023

No segundo encontro presencial para elaboração do Diagnóstico da Criança e do Adolescente, houve a participação de diversos representantes do Sistema de Garantia de Direitos de Guaíra-SP, totalizando **53 participantes**.

A atividade foi realizada no dia **31/03/23**, no Grêmio Recreativo Colorado, situado na Rua Takeo Saito, 100 – Chácara Bela Vista, em espaço gentilmente cedido pelo Instituto Oswaldo Ribeiro Mendonça.



Após a recepção e a abertura do encontro pela Comissão de Diagnóstico, teve início o trabalho em grupos, facilitados pelos consultores Antonio Luiz de Paula e Silva e Lícia Fígaro, que compõem a equipe da Orion Soluções em Gestão.

Os **objetivos** estabelecidos para a **Oficina de Rede** foram:

- Identificar indicadores chave do Diagnóstico;
- Descobrir fontes de dados locais;
- Mobilizar a rede para a coleta de dados.

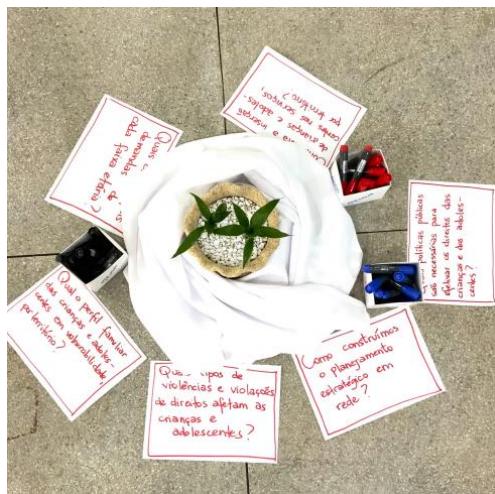
Um breve **mapa do grupo** permitiu visualizar a presença dos seguintes representantes:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Tutelar;
- Assistência Social - DADIS (Gestão, CRAS I, II e III e CREAS);
- Educação (Gestão, Escolas Municipais - CEIs e Ensino Fundamental, Educação Estadual e Rede Privada);
- Saúde (Gestão, CAPS, Atenção Básica e outros);
- Cultura e Esportes;
- Outros conselhos municipais;
- Casa da Cidadania;
- Organizações da sociedade civil como SOGUBE, IORM, SOS, APAE, dentre outros.



MONTAGEM DO PAINEL DE INDICADORES

As perguntas prioritárias definidas no encontro anterior foram retomadas. Convidou-se os presentes a dividirem-se em grupos, com representantes de diferentes áreas de atendimento. O primeiro movimento foi estabelecer até dez indicadores que trouxessem respostas às questões elaboradas anteriormente.



Em seguida, os indicadores foram afixados num painel, e, através da metodologia participativa, outros detalhamentos foram acrescidos, resultando em um grande quadro que agrupou informações necessárias para a próxima etapa: a coleta de dados. Essa Matriz de Coleta desenvolvida coletivamente norteará a próxima etapa do Diagnóstico.



PRÓXIMOS PASSOS:

O próximo passo será a realização de reunião remota para estruturar a coleta e apoiar a Comissão de Diagnóstico para o desenvolvimento dessa tarefa. Além disso, o portal guaira.municipiovivo.com.br encontra-se disponível e nele já é possível acessar os indicadores públicos organizados pela equipe da Orion.

Segue avaliação dos participantes:

Neste encontro foi possível...



Como você está saindo desta oficina?



OFICINA DE PLANEJAMENTO

26/06/2023

No último encontro presencial para elaboração do Diagnóstico da Criança e do Adolescente, houve a participação de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaíra, da Comissão Técnica de Diagnóstico, do Conselho Tutelar, além outros convidados especiais, totalizando em ambos os períodos **15 participantes**.

A atividade foi realizada no dia **26/06/2023**, das 8h às 17h30, na sede da Diretoria de Educação, Cultura e Esporte, situada na Rua Oito, 1400, em espaço gentilmente cedido pela Prefeitura Municipal.

Estiveram representados (as) neste encontro:

- Gestão da Diretoria de Assistência Social
- CREAS
- CRAS
- CAPS
- Tribunal de Justiça – Comarca de Guaíra-SP
- Casa Lar – Serviço de Acolhimento Institucional (Intervenção)
- Educação Municipal
- Conselho Tutelar
- APAE
- SOGUBE
- Comitê Intersetorial de Proteção à Criança e ao Adolescente



Após a recepção e a abertura do encontro pela Presidente do CMDCA, Sandra Regina Guilherme de Barros, teve início o trabalho em grupos, facilitados pelos consultores Antonio Luiz de Paula e Silva e Lícia Fígaro, que compõem a equipe da Orion Soluções em Gestão.

Os **objetivos** estabelecidos para a **Oficina de Planejamento** foram:

- Analisar coletivamente as informações integrantes do Quadro Orientador do Diagnóstico;
- Elaborar as diretrizes prioritárias para o Plano de Ação do CMDCA para os próximos anos, definindo atribuições e papéis.

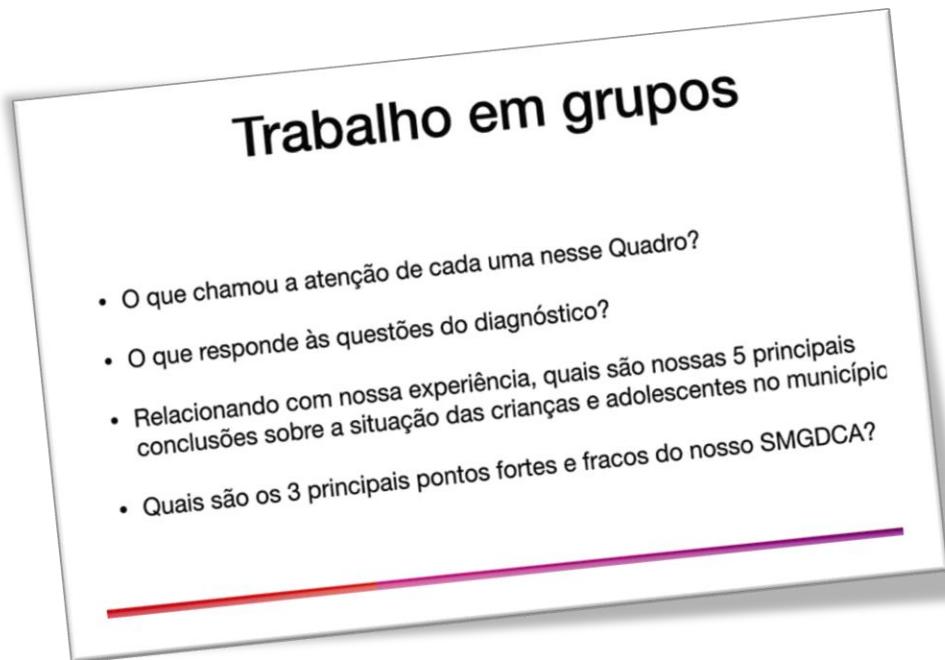
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO QUADRO ORIENTADOR



A princípio, procedeu-se à apresentação da versão final do **Quadro Orientador do Diagnóstico**.

O documento agrupou informações obtidas durante a Etapa de Coleta, abrangendo fontes públicas e locais. Foram disponibilizados aos participantes dez cópias impressas do Quadro Orientador, além de algumas versões digitais, acessadas em iPads.

Em seguida, os participantes foram convidados a dividirem-se em grupos intersetoriais, para desenvolvimento de análises conclusivas, pautados nas seguintes perguntas:



Trabalho em grupos

- O que chamou a atenção de cada uma nesse Quadro?
- O que responde às questões do diagnóstico?
- Relacionando com nossa experiência, quais são nossas 5 principais conclusões sobre a situação das crianças e adolescentes no município?
- Quais são os 3 principais pontos fortes e fracos do nosso SMGDCA?

PRINCIPAIS APONTAMENTOS:

- ✓ A incidência de risco/ violação de direitos é alta;
- ✓ O atendimento especializado está sobrecarregado;
- ✓ Equipes incompatíveis com a demanda;
- ✓ O uso de substâncias psicoativas está relacionado a várias problemáticas;
- ✓ O território mais vulnerável apresenta ausência de equipamentos;
- ✓ Alto índice de registros na faixa etária de 10 a 17 anos em todos os segmentos;
- ✓ Falta do trabalho em rede no atendimento à criança e ao adolescente;
- ✓ Pouca efetividade no trabalho de prevenção nas áreas de saúde, educação e assistência;
- ✓ Continuidade nas intervenções e monitoramento na área da criança e do adolescente nas mais variadas demandas;
- ✓ Saúde – Atenção Especializada: ampliação e implantação dos serviços;
- ✓ Precisamos olhar com prioridade de fato para esse público!
- ✓ Escassez de ações voltadas à prevenção em todas as áreas;
- ✓ Há subnotificação de violências na Saúde;
- ✓ São alarmantes os dados sobre evasão e violações de direitos no contexto escolar;
- ✓ Ausência de maiores dados.

PONTOS FORTES E FRACOS DO SMGDCA – SISTEMA MUNICIPAL DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

PONTOS FORTES:

- Ampliação dos serviços – Número de equipamentos de acordo com o perfil do município;
- Retomada das reuniões de rede;
- Mobilizações recentes: Comitê Intersetorial, Diagnóstico e PMA;
- O diagnóstico permitiu identificarmos as fragilidades;
- A Saúde Básica é referência;
- Trabalho das OSCs em parceria com o município;
- Há parceiros na causa;
- Serviços e equipamentos da Proteção Básica e Especializada existentes;
- Os órgãos de Controle estão instituídos.

PONTOS FRACOS:

- Fragilidade da Atenção Básica – Saúde/ Assistência;
- Fragilidade no diálogo intersetorial;
- Desconhecimento das particularidades de cada território;
- Rotatividade dos profissionais da gestão e a implementação dos equipamentos;
- Ausência de diálogo dos vários segmentos que atendem o mesmo indivíduo;
- Políticas que desenvolvam maior engajamento das famílias (fortalecimento familiar e participação social);
- Ausência de Protocolos;
- Espaços de participação social esvaziados;
- Desarticulação do SGDCA.



“A política de Educação precisa se importar não somente com os índices, mas com a qualidade do ensino, já que a legislação obriga a progressão continuada.”

“É essencial o fortalecimento das famílias pela Proteção Básica.”



“Precisamos organizar o monitoramento das ações e estabelecer protocolos e fluxos de atendimento. A rotatividade das equipes dificulta isso.”

“Hoje, somente o Pronto Socorro notifica violências. A Saúde não abarca esses casos. Nossa rede de atendimento à violência não está estabelecida.”



“Nossos dados não estão organizados. Qual importância estamos dando para as crianças e os adolescentes? Não é possível fazer política pública dessa forma.”

A análise dos aspectos anteriormente elencados pelos grupos permitiu a seguinte síntese do Sistema de Garantia de Direitos:

JUNTANDO TUDO...

- A REDE ESTÁ DESARTICULADA
- HÁ DEFASAGEM DE PROFISSIONAIS
- ALTO ÍNDICE DE VIOLENCIA
- ATENÇÃO ESPECIALIZADA LOTADA
- OS SERVIÇOS ESTÃO DESORGANIZADOS, com descontinuidade
- HÁ ESVAZIAMENTO DO CONTROLE SOCIAL
- AS FAMÍLIAS ESTÃO REENTIMIZADAS

DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PRIORITÁRIAS:

Diante desse contexto, os participantes foram convidados a realizar uma chuva de ideias, com o objetivo de contribuir para a resolução ou o enfrentamento dos problemas/ fragilidades evidenciadas. Essas ideias foram agrupadas em colunas, de acordo com sua similaridade, e em seguida essas colunas receberam títulos, que definiram por fim as seguintes Diretrizes Prioritárias que nortearão o Plano de Ação do CMDCA nos próximos anos:

DIRETRIZES PARA O CMDCA DE GUAÍRA-SP (2023-2026):



Multiplicar ações preventivas de conscientização de direitos para criança e adolescente;



Construir fluxos e protocolos intersetoriais;



Promover regularmente a discussão de casos em rede;



Ampliar a capacidade de monitoramento, orientação e articulação dos Conselhos de Direitos (CMDCA);



Capacitar continuamente profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;



Implementar mecanismos de acompanhamento às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência;



Estimular a criação de leis que incentivem o SGDCA.

PLANO DE AÇÃO 2023-2026:

<i>Multiplicar ações preventivas de conscientização de direitos para criança e adolescente</i>	<i>Construir fluxos e protocolos intersetoriais</i>	<i>Promover regularmente a discussão de casos em rede</i>	<i>Ampliar a capacidade de monitoramento, orientação e articulação dos Conselhos de Direitos (CMDCA)</i>	<i>Capacitar continuamente profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente</i>	<i>Implementar mecanismos de acompanhamento às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência</i>	<i>Estimular a criação de leis que incentivem o SGDCA.</i>
<p>Rodas de conversa com o grêmio estudantil em escolas estaduais;</p> <p>Campanhas bimestrais contra violência;</p> <p>Executar oficinas para ccs eadol. ofertadas pelo CRAS;</p> <p>Trabalhar o Fortalecimento de vínculos através de oficinas do PAIF;</p> <p>Promover ação comunitária semestral que ressalte os direitos das crianças e dos adolescentes;</p> <p>Fóruns, encontros e workshops com as escolas, OSCs, CAPS e envolvidos para diminuição dos índices de violência;</p> <p>Ampliação do Banco de Talentos estimulando o protagonismo de crianças e adolescentes.</p>	<p>Gestor conversar com a rede para organizar o protocolo para armazenar as informações dos usuários;</p> <p>Promover encontros de rede intersetorial para apresentação dos serviços;</p> <p>Gestor organizar nos setores equipe compatível com as demandas;</p> <p>Reuniões intersetoriais para discussão/ criação dos protocolos;</p> <p>Reunião mensal de matrículamento dos equipam. Especializados com atenção básica;</p> <p>Realizar fóruns para tratar temas e melhorar a articulação da rede.</p>	<p>Levantamento de casos prioritários por território (CRAS) e planejamento de ações (PAF) para os casos concretos;</p> <p>Reunião a cada 15 dias para estudo de caso com todos os órgãos da rede SGD;</p> <p>Reuniões mensais de rede para construção e acompanhamento de PIAs (casos de acolhimento e em vias de).</p>	<p>Adequar e implantar efetivamente o sistema SAS - Fiorelli nos equipamentos do SUAS;</p> <p>Contratação de empresa para implementação de Sistema informatizado SUAS para facilitar o atendimento ao usuário;</p>	<p>Capacitação de profissionais das áreas de Saúde e Educação que atendem ccs de 0-5 anos para detecção e intervenção precoce em quadros de atraso no desenvolvimento;</p> <p>Treinamento para trabalhadores SUAS quando inseridos ou mediante mudanças de setor;</p> <p>Capacitação dos profissionais sobre violações dos direitos e seus protocolos de encaminhamento;</p> <p>Capacitação de todos os profissionais da rede SGD uma vez ao mês;</p> <p>Capacitação 2x no semestre para técnicos sobre estratégias de atendimento às famílias;</p> <p>Capacitação dos gestores das políticas 1x semestre sobre a importância da articulação em rede.</p>	<p>Implementação de projeto híbrido (Saúde/ Assistência/ Social) para atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violências e suas famílias após denúncia;</p> <p>Relatório do Índice de Violência contra crianças e adul. pleiteando a criação de um centro.</p>	<p>Mobilizar os vereadores para reformular a lei de criação dos Conselhos Municipais para incluir “estímulo” para os conselheiros (CMDCA/ CMI/ CMAS/ Comitê);</p> <p>Monitoramento efetivo, através do Comitê Intersetorial, dos serviços ligados a esse público para cumprimento dos fluxos desenvolvidos por esse comitê;</p> <p>Planejamento orçamentário com trabalhadores e conselhos;</p> <p>Concursos públicos para contratação de profissionais da saúde.</p>

DETALHAMENTO/ PLANO DE AÇÃO (2023-2024):

Na etapa seguinte as representantes desenvolveram individualmente o detalhamento do Plano de Ação, respondendo à pergunta: “Como eu pretendo contribuir para a implementação deste Plano de Ação dos próximos seis meses?”

O resultado das respostas obtidas foi organizado no quadro abaixo:

RESPONSÁVEL	AÇÕES			
Nayara Almeida	Conhecer as potencialidades do território II e município;	Identificar as famílias referenciadas no Cras II que tenham em sua composição crianças/adolescentes e sejam público para o PAIF;		Efetivar o PAIF.
Márcia	CMDCA: Colaborar na efetivação do Plano de ação;	Encaminhar para a Câmara Municipal sugestão da implantação de lei da readequação nos conselhos municipais sobre o benefício do conselheiro participativo;	Sugerir ao CMDCA ações preventivas de concretização dos direitos da criança e do adolescente pelo FMDCA;	Colaborar no fomento do Plano Municipal da Infância e Adolescência junto ao CMDCA e Comitê intersetorial.
	SOGUBE: Participar das reuniões da rede (equipe multidisciplinar dos serviços).	Incluir ações preventivas no SCFV e no serviço de qualificação profissional;	Realizar encontros com as famílias no fortalecimento (equipe multidisciplinar)	
Fracielli	Coordenadora de CREAS e Presidente do Comitê Intersetorial de Promoção e Proteção aos direitos das crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência:	Articular com os demais atores da rede para a promoção e execução das reuniões intersetoriais, seja para discussão e construção de PIA/PAF, e/ou para dialogar e construir os fluxos intersetoriais;	Auxiliar nas ações de matriciamento, através do compartilhamento de saberes;	Participar das ações comunitárias que sejam propostas; Promover o monitoramento das ações propostas e executadas pela rede através do Comitê Intersetorial.
Alana	Realizar reuniões preventivas/ informativas com alunos e professores;	Promover ações de aproximação entre a OSC e as escolas;	Realizar momentos de trocas de vivências e experiências;	Articular com o Legislativo municipal para promoção das Diretrizes deste Plano.
Regiane	Articular, fortalecer e apoiar encontros intersetoriais e capacitações;	Reorganizar as equipes para atender à demanda.		

Sandra	Realizar, junto a rede de atendimento, acompanhamento sistemático das famílias, com objetivo de reintegração das crianças e adolescentes acolhidos;		Organizar e executar oficinas para responsáveis e acolhidos, com temas: Atividades da vida diária; Sexualidade e Organização Financeira;	Ampliar a discussão dos casos junto à rede de atendimento para a construção do PIA;	Participar de reuniões, comissões e capacitações do CMDCA.	
Tatiana	Participar das discussões de casos;	Divulgar ações no espaço institucional e para a população atendida;	Realizar coleta e sistematização de dados dos atendimentos referentes a criança e adolescente;		Apresentar o diagnóstico e plano de ação à Juíza.	
Juliana	Articular discussão de rede sobre casos que estamos atendendo, sempre que necessário;		Solicitar do CMDCA capacitações.			
Danielle	Disseminar as informações sobre o diagnóstico no CREAS e nos CRAS para sensibilização da participação das colegas da Política de Assistência na continuidade da alimentação e atualização dos dados;		Produzir e encaminhar relatórios informativos acerca dos atendimentos com crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência à coordenação do CREAS, à Chefe de Proteção Social Especial e Diretora de Assistência;	Convocar momentos e espaços de debate sobre o assunto, multiplicando a experiência no atendimento com crianças e adolescentes.		
Marlei	Articular com as OSCs parceria para sensibilizar e multiplicar ações preventivas sobre violência contra a criança/adolescente.					

